



CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Estado de Santa Catarina



PROJETO DE EMENDA SUPRESSIVA Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 22/2025

*Suprime dispositivos do Projeto de Lei
Complementar n. 22/2025.*

Os Vereadores que a esta subscrevem, no uso das atribuições legais, apresenta emenda supressiva ao Projeto de Lei Complementar nº 22/2025 com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam suprimidas as revogações dos §1º e 2º do art. 138 constantes do art. 1º Projeto de Lei Complementar nº 22/2025.

Luiz Alves (SC), 12 de dezembro de 2025.

Susana Muller Campigotto

Vereadora

Ênio Ronchi Junior

Vereador

Jorge Soares da Silva Winter

Vereador

Maique Reichert

Vereadora

Carlos Roberto da Luz

Vereador

Robson Michel Rech

Verador

Luis Carlos Reichert

Vereador

Felipe Brás Luciani

Vereador

João Sidnei da Silva

Vereador

☎ (47) 3377 1336

✉ camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br

📍 Rua 18 de julho, nº 1204, Centro, Luiz Alves/SC – CEP 89.128-000



CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Estado de Santa Catarina



JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade suprimir a revogação dos §§ 1º e 2º do art. 138, mantendo-se hígido o regramento atualmente vigente quanto ao procedimento de cobrança amigável dos créditos inscritos.

Os dispositivos que se pretende preservar estabelecem, de forma clara e objetiva, uma etapa prévia de cobrança administrativa, assegurando ao sujeito passivo a notificação e o prazo de 30 (trinta) dias para a satisfação do débito antes do ajuizamento da respectiva demanda judicial. Trata-se de medida que concretiza princípios basilares da Administração Pública, notadamente os da razoabilidade, economicidade, eficiência e interesse público.

A revogação desses parágrafos implicaria a supressão da fase conciliatória e administrativa, conduzindo, de forma automática e prematura, à judicialização dos créditos, com aumento desnecessário de custos ao erário, sobrecarga do Poder Judiciário e agravamento da relação entre a Administração e o contribuinte. A experiência administrativa demonstra que a cobrança amigável é instrumento eficaz para a recuperação de créditos, muitas vezes evitando a propositura de ações judiciais.

Além disso, a manutenção dos §§ 1º e 2º do art. 138 reforça a segurança jurídica, ao preservar procedimento já conhecido, aplicado e internalizado pela Administração, evitando alterações abruptas na sistemática de cobrança sem demonstração de efetivo ganho de eficiência.

Dessa forma, a supressão da revogação pretendida revela-se medida técnica, prudente e alinhada ao interesse público, assegurando a continuidade de um mecanismo administrativo racional, menos oneroso e compatível com a boa gestão dos recursos públicos, razão pela qual se justifica a aprovação da presente proposição.

Luiz Alves (SC), 12 de dezembro de 2025.

Susana Muller Campigotto

Vereadora

Jorge Soares da Silva Winter

Vereador

☎ (47) 3377 1336

✉ camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br

📍 Rua 18 de julho, nº 1204, Centro, Luiz Alves/SC – CEP 89.128-000



CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Estado de Santa Catarina



Carlos Roberto da Luz

Vereador

Maique Reichert

Vereadora

Luis Carlos Reichert

Vereador

Robson Michel Rech

Vereador

Ênio Ronchi Junior

Vereador

Felipe Brás Luciani

Vereador

João Sidnei da Silva

Vereador

☎ (47) 3377 1336

✉ camaramunicipal@luizalves.sc.leg.br

📍 Rua 18 de julho, nº 1204, Centro, Luiz Alves/SC – CEP 89.128-000